



ID: 44973143

29-11-2012

GREVES

Lei laboral dos portos ainda pode entrar em vigor este ano

Prazo é apertado, mas partidos da maioria acreditam ser possível implementar até ao fim de Dezembro

Miguel Baltazar



Estivadores em protesto | Greves - que afectam sobretudo o porto de Lisboa - continuam em Dezembro, já com vários pré-avisos em cima da mesa.

ESPECIAL PORTOS

ALEXANDRA NORONHA

anoronha@negocios.pt

É no meio de uma tempestade política e social que vai esta quinta-feira, 29 de Novembro, a debate na Assembleia da República a revisão da lei laboral dos portos, um projecto com quase 20 anos que está agora a aproximar-se da concretização. A negociação está longe de ser pacífica, com quatro meses de greve e consequentes protestos dos empresários, que já pediram mesmo uma requisição civil.

Mas a maioria PSD/CDS garante que a lei irá ser aprovada na Assembleia, mesmo com os votos contra da maioria da oposição, e que pode mesmo entrar em vigor até ao final deste ano. Fonte de uma das bancadas da maioria disse ao **Negó-**

cios que estava confiante que tal fosse possível, ainda que a lei tenha de passar primeiro à especialidade e depois pelo crivo do Presidente da República. Se estes dois processos correrem como o esperado, a revisão laboral entrará em vigor, no máximo em início de Janeiro.

O PS deverá optar ou pela abstenção ou então pela aprovação da lei, que tem semelhanças com aquela que a legislatura de José Sócrates preparou, mas que ficou na gaveta. Antes disso, outros governos tinham tentado, sem sucesso, mexer no diploma de 93, que vai ser bastante alterado com a nova lei.

A revisão da lei laboral que está em debate já tem algumas alterações face ao 'draft' que o Governo tinha em Agosto, nomeadamente no que diz respeito aos trabalhadores "históricos", os que estão no topo da carreira e têm mais privilégios nas infra-estruturas e que, em grande

parte, conseguem mantê-los.

No entanto, os trabalhadores estão preocupados com o alargamento do âmbito do trabalho portuário, que abre a porta a que entrem trabalhadores que não estavam nem nos quadros nem nas "pools" (empresas que são uma espécie de bolsa a que as empresas recorrem quando precisam) para executar tarefas nos portos.

Os trabalhadores controlavam, até agora, quem tinha acesso à respectiva autorização profissional, mas deixam de o fazer a partir de agora. A juntar a isso está a redução do número de horas extraordinárias que fazem, por imposição do novo Código do Trabalho.

Esta semana, o IPTM (Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos) divulgou um acordo, que fez chegar a operadores e trabalhadores, para tentar um compromisso de última hora. "Este acordo coloca

formalmente o que já tinha sido oferecido aos sindicatos pelos operadores e salvaguarda que estes princípios serão aplicados no contrato colectivo de trabalho", adiantou Sérgio Monteiro, secretário de Estado dos Transportes, em declarações ao **Negócios**.

Sérgio Monteiro diz ainda que este acordo "esvazia a retórica" dos sindicatos que estão em greve e que têm afectado sobretudo os portos de Lisboa e Setúbal. Os trabalhadores contestam a revisão da lei do trabalho portuário que será discutida no plenário esta quinta-feira.

Quanto a um possível entendimento com o PS para votar favoravelmente a lei, o governante disse apenas que a tutela continua "a trabalhar para obter um consenso alargado com os partidos com assento parlamentar", mas Sérgio Monteiro não dá garantias de que isso seja possível.

30%

O Governo estima que a nova lei do trabalho portuário represente uma redução de custos de entre 25% e 30%.

**[A tutela]
continua
a trabalhar
para obter
um consenso
alargado.**

SÉRGIO MONTEIRO

Sec. de Estado dos Transportes

GREVES

Estivadores europeus atentos a Portugal

Cerca de uma centena de estrangeiros vão estar em protesto no Parlamento

ALEXANDRA NORONHA

anoronha@negocios.pt

A reforma da lei laboral em Portugal está a ser acompanhada com atenção pelos sindicatos dos portos europeus. Isto porque, em muitos países, a organização e as regras de trabalho nos portos são idênticas às portuguesas. A revisão do acordo laboral é encarada como um "laboratório" para o que pode vir a ser aplicado em outras regiões.

Vitor Dias, da confederação de sindicatos Fesmarpor, disse nos últimos dias que esta quinta-feira, dia 29, estarão em frente à Assembleia da República cerca de um centena de estivadores originários de Espanha, França, Dinamarca, Suécia e Bélgica, em protesto com os colegas portugueses.

O responsável sindical tem dado a cara pelos protestos e pelas greves dos trabalhadores portuários. Nas últimas semanas, o braço-de-ferro tem tido como palco a DGERT (Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho), onde os trabalhadores e as associações de operadores portuários se têm reunido para definir serviços mínimos. Os encontros têm redundado em falhanço, com o desacordo sobre o tipo de serviços não só entre trabalhadores e patrões, mas também entre os próprios operadores, que não se entendem quanto à matéria. O Governo já foi obrigado a decretar por duas vezes serviços mínimos devido ao insucesso das negociações.

Vitor Dias revelou que os sindicatos pediram reuniões tripartidas, ou seja, com o Governo também, para resolver a questão, mas ainda não obtiveram resposta. O responsável disse esta quarta-feira que os sindicatos estavam disponíveis para negociar, mas pediu uma reunião à tutela. "Estou à espera de uma reunião e depois dessa reunião, se houver margem, há espaço para tréguas", segundo Vitor Dias, citado pela Lusa.

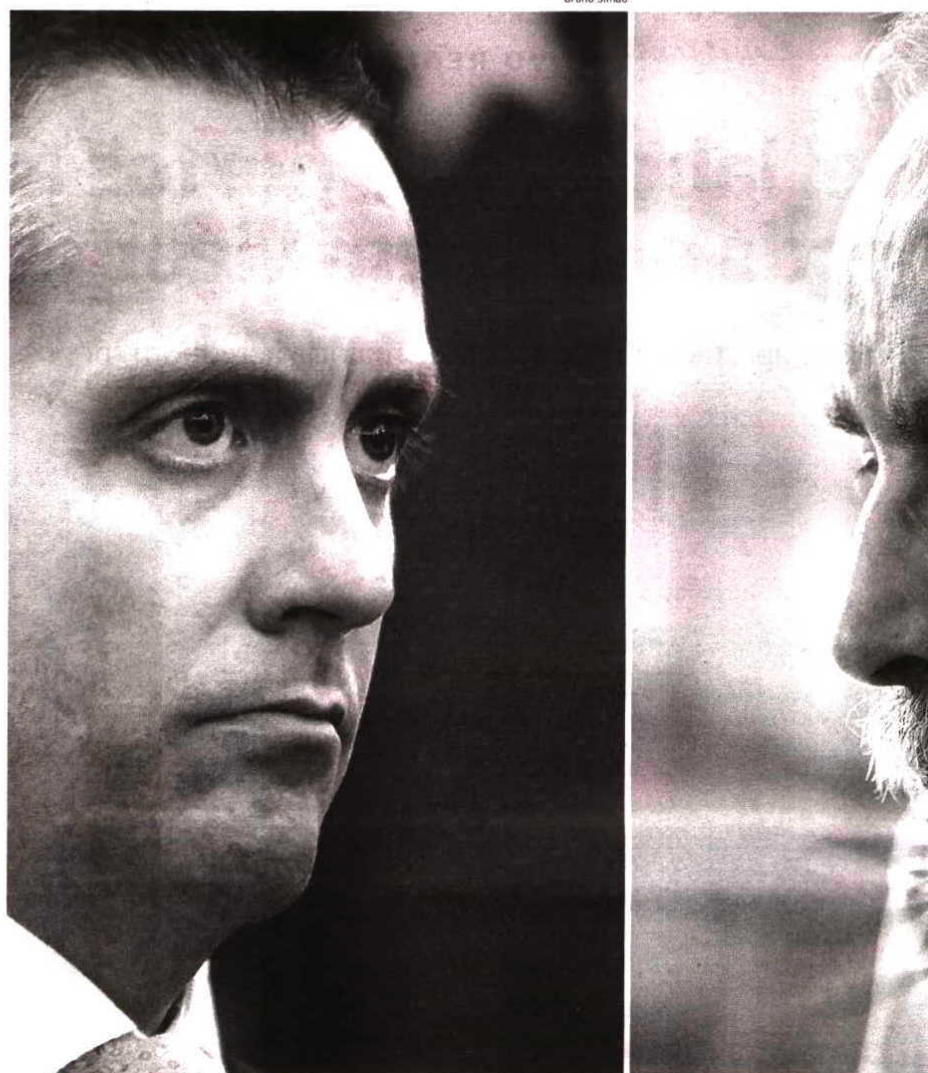
A tentativa de acordo patrocinada pelo Governo ainda não teve efeitos no movimento de greves que está marcado.

Sindicatos ainda não responderam

Esta semana, o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM) enviou aos trabalhadores e às empresas um acordo em que se compromete a aplicar as medidas da nova lei de forma que não haja despedimentos nem diminuição de vencimentos base para os trabalhadores. O objectivo é tentar ainda obter o acordo com os sindicatos e assim acabar com as greves.

"Entende-se como oportuna a co-responsabilização formal de todas as partes relevantes (entidades patronais, sindicatos portuários e, na condição de patrocinador, o próprio Governo) num compromisso que ofereça um inequívoco reforço das reclamadas garantias de estabilidade e segurança laboral de todos os trabalhadores portuários, afastando os receios de perda de emprego emergentes de uma certa interpretação da proposta de lei", diz o IPTM.

Fonte oficial do Ministério da Economia disse ao **Negócios** que os sindicatos "não responderam" ao acordo, sendo que, caso continue o braço-de-ferro, as greves irão manter-se nos portos de Lisboa e Setúbal, sobretudo. Estas infra-estruturas têm sido prejudicadas com as paralisações, estando neste momento a perder peso, no que diz respeito à carga movimentada, para Leixões e Sines.



Sérgio Monteiro e Vitor Dias | O secretário de Estado e o responsável da Fesmarpor em "guerra" pela revisão do trabalho

LEI EM DEBATE NA ASSEMBLEIA

ÚLTIMOS MESES MARCADOS POR POLÉMICA EM TORNO NA REVISÃO LABORAL

TROIKA E GOVERNO COMEÇAM A REVER TRABALHO PORTUÁRIO

A revisão do regime jurídico do trabalho portuário foi desde o início do programa de ajuda internacional uma das reformas mais importantes para a economia portuguesa, segundo os responsáveis da troika e do Governo. Uma legislação demasiado inflexível e que prejudicava a competitividade dos portos e das exportações portuguesas, afirmam.

GOVERNO FAZ PRIMEIRO "DRAFT"

O primeiro "draft" da nova lei, que incluía comentários aos artigos que se pretendia alterar, começou a circular em meados de Agosto. As alterações, que iam além do que estava previsto no Código do Trabalho, geraram logo a revolta de

alguns sindicatos. Nesse mês começaram a ser emitidos os pré-avisos de greve nos portos.

GREVES PROLONGAM-SE

Setembro e Outubro foram meses marcados por greves constantes nos portos. Alguns dias foram de paralisação por 24 horas, mas a maioria das greves foi só em certos turnos, o que implicou que os portos afectados trabalhassem a 50% da capacidade normal.

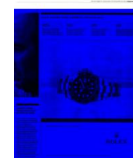
TRABALHADORES DIVIDIDOS

No início de Setembro, o Governo assinou um acordo com alguns sindicatos (afectos à UGT, sobretudo) para a aplicação da lei de revisão laboral dos portos. Além destes sindicatos, as associações de operadores também assinaram o

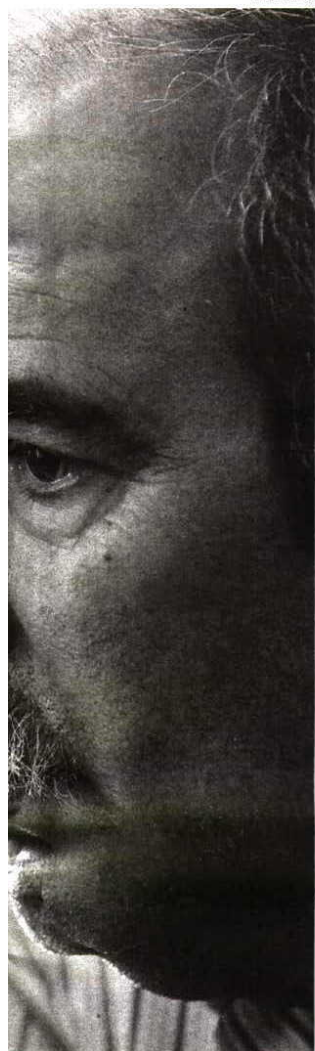
documento, bem como alguns grupos marítimos. De fora ficaram alguns sindicatos, que são representados pela Frente Comum Marítimo Portuária e que se localizam sobretudo em Lisboa e Setúbal, ainda que os portos de Aveiro e da Figueira da Foz também tenham aderido. Seguiu-se uma troca de acusações entre os trabalhadores de Lisboa e Leixões.

GOVERNO PATROCINA NOVO ACORDO

Esta semana, o Secretário de Estado dos Transportes multiplicou-se em declarações a apelar a que os trabalhadores e os operadores aceitassem um compromisso sobre a nova lei, segundo o qual não haveria lugar a despedimentos nem a reduções de vencimento.



Bruno Simão



NOVO REGIME FARÁ EMPREGO CRESCER 40%

40%

Número de postos de trabalho poderá crescer 40% (ou 200 novos empregos) nos próximos 3 a 5 anos, com novo regime laboral.

650

Os portos de Portugal Continental empregam actualmente 650 estivadores, segundo João Carvalho, presidente do IPTM.

295

As 14 greves já ocorridas este ano no sector portuário representaram a perda de 295 dias de trabalho.

145

Em 2011, foram perdidos 145 dias de trabalho para sete greves no sector portuário, de acordo com dados oficiais citados pela Lusa.

portuário.

Leixões e Sines representam mais de 70% da carga



Apesar da preocupação de empresários e operadores portuários, os números do

Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM) apontam para um aumento de 2,29% da actividade em Outubro, face ao período homólogo de 2011, segundo divulgou o Instituto. Os dados do IPTM e referentes aos portos de Aveiro, Figueira da Foz, Leixões, Lisboa, Setúbal, Sines e Viana do Castelo mostram que só se verificaram quebras homólogas em Lisboa (-29,33%), Setúbal (-33,31%) e Viana do Castelo (-27,37%) durante o mês de Outubro. Porém, em termos do peso dos portos no panorama do continente, Sines e Leixões, viram a sua relevância subir 7,68 e 1,88 pontos, para cerca de 71% da carga movimentada.



Lei laboral dos portos ainda pode entrar em vigor este ano

● Estivadores europeus integram protesto

Os partidos da maioria – que defendem hoje a aprovação da nova legislação laboral – acreditam que as novas regras podem entrar em vigor nos portos até ao fim do ano. Já os esti-

vadores irão juntar-se em protesto frente à Assembleia da República e contam com o apoio de cerca de uma centena de colegas europeus. **Empresas 9 a 11**